

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Lê-se nas conclusões da cimeira mundial das Nações Unidas de setembro de 2005, que, passo a citar “a democracia é um dos valores e princípios fundamentais, indivisíveis e universais das Nações Unidas. Baseia-se na vontade expressa, e está estreitamente ligada ao estado de direito e ao exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Um valor universal, baseado na vontade dos povos, livremente expressa, de determinar os seus sistemas políticos, económico, social e cultural, e a sua plena participação em todos os aspetos da sua vida”, fim de citação.

Quis referir-me a estas definições da democracia reafirmadas pelas Nações Unidas, no intuito de sublinhar a enorme importância e relevância dos valores democráticos para todos os países e territórios do mundo, particularmente para os nossos, e destacar o valor das liberdades a ela intrínseca, mormente a liberdade de expressão. Sim, a liberdade de expressão e de informação e a liberdade de imprensa. Não há democracia sem essas liberdades, pois, não basta a expressão da vontade e a participação. É imprescindível, porém, que elas sejam esclarecidas e informada, E, neste particular, a comunicação social livre e plural e as autoridades reguladoras exercem um papel insubstituível da mais alta importância.

Anima-me, por isso, o início, com esta sessão de abertura, do IX encontro da Plataforma das Entidades Reguladoras da Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, que reúne, nesta sala, membros da PER, que no espaço da lusofonia compartilham a ingente missão de promover, assegurar e proteger o pluralismo dos media e a independência dos reguladores enquanto substratos da liberdade de expressão e de informação e da liberdade de imprensa, para refletirem a democracia, os direitos humanos, os media e a independência dos reguladores.

Trata-se de um evento de alto significado e seguramente promissor e representa um privilégio e uma honra para o nosso país organizar e acolher a sua realização, particularmente quando nos encontramos a comemorar o quinquagésimo aniversário da nossa independência, com um vasto programa de atividades que se prolongará até dezembro próximo, no qual este encontro se encaixa muito bem, tendo em consideração a componente avaliação e reflexão do programa de comemorações.

Permitam-me, pois, antes de prosseguir, saudar a todas e todos os presentes, felicitar a iniciativa da organização deste encontro e endereçar um agradecimento especial à Senhora Presidente da Agência Reguladora para a Comunicação Social de Cabo Verde, a Dra. Arminda Barros, pelo convite que me endereçou para presidir à sessão de abertura deste evento.

Na qualidade de Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, é, pois, um privilégio a oportunidade que me é dada, proporcionando-me, dirigir, com sentido de estado, breves palavras a esta augusta plateia.

Este é mais um reencontro da comunidade dos países e territórios de língua portuguesa, desta feita, congregando especialistas da área da comunicação social e de outras áreas, para debater temas de indiscutível relevância e atualidade, mormente num momento em que se verifica certa propensão para a autocracia, o extremismo e o populismo, colocando a democracia e o próprio pluralismo dos média e a independência dos reguladores sob fortes ameaças. Se conquistar a democracia e a liberdade já não é tarefa fácil, a sua preservação e consolidação também não o são, pois, estamos perante processos dinâmicos que exigem atenção de todos. Tudo na vida tem um preço. E trazendo à colação a velha máxima, «O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância». Todos somos convocados a ser essa eterna vigilância. Cada um a seu nível. A comunicação social e as autoridades reguladoras serão sempre essa eterna vigilância.

Excelências,

Distintas personalidades,

A liberdade de imprensa, o pluralismo informativo e a responsabilidade editorial constituem substratos essenciais ao funcionamento das democracias contemporâneas. São, também, elementos, conaturais à própria subsistência de uma gestão democrática dos *mass media*, já que muito dificilmente se pode encontrar laivos de independência editorial em territórios onde não subsiste a democracia.

A comunicação social, em todos os seus matizes e plataformas, é simultaneamente espelho e protagonista da vida pública, exercendo um papel inestimável na formação da opinião, na mediação dos conflitos e na fiscalização dos poderes. Condição, aliás, que lhe

valeu o cunho de ‘quarto poder’ ou de ‘contrapoder’ dentro da estrutura de distribuição social dos poderes. Hoje, além dos tradicionais poderes classicamente separados – Legislativo, Executivo e Judicial – identifica-se um conjunto de fontes de autoridades, que se consubstanciam como poderes sociais. Fala-se em Poder Económico, Poder Tecnológico, Poder Mediático. Portanto, a pluralidade de fontes de autoridades convida-nos cada vez mais a produzir decisões públicas a partir de uma perspetiva das ‘redes de poder’ e não uma produção das decisões públicas num sistema ‘top-down’. Por conseguinte, olhando para o ecossistema social no qual operamos atualmente, não pode a democracia descurar-se de pensar e regular o seu ambiente comunicacional, sob pena de fragilizar os seus mais intrínsecos alicerces.

O mundo hodierno precisa cada vez mais de quem milite em prol da democracia, da liberdade, dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana, de que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares. É preciso, por um lado, promover o debate livre e aberto lá onde ele não existe e, por outro lado, defendê-lo e consolidá-lo onde ele existe sob mais ou menos risco.

Andaram bem os promotores da criação da Plataforma PER, enquanto fórum de discussão, cooperação técnica e intercâmbio de experiências e boas práticas entre as entidades reguladoras dos países e territórios de língua portuguesa. Trata-se de uma criação de maior importância e muito auspiciosa no que à liberdade de expressão e de informação e à liberdade de imprensa diz respeito! Um autêntico instrumento de diplomacia multilateral, de reforço das capacidades institucionais e promotor de uma agenda comum em defesa dos princípios fundacionais do jornalismo democrático e da liberdade de expressão. Não é por acaso que já vai no seu IX encontro e para esta edição debruça sobre temas tão pertinentes quanto atuais, como os em pauta.

A comunicação social, enquanto garante da transparência e promotora de um espaço público democrático, enfrenta hoje desafios sem precedentes. O ambiente digital, em constante mutação, desafia as categorias tradicionais do jornalismo, põe em causa os modelos de negócio e multiplica as formas de produção e disseminação da informação. A proliferação da desinformação, a manipulação algorítmica da realidade, o declínio da credibilidade jornalística e o surgimento de novos atores comunicacionais exigem dos Estados e das sociedades civis respostas fortes, concertadas e sustentadas. É imperioso

proteger os cidadãos, sobretudo os mais vulneráveis, com baixa literacia mediática, sem jamais resvalar para tentativas censórias ou para qualquer forma de domesticação dos meios de comunicação.

Assim, falar, hoje, sobre a Defesa da Democracia no Ambiente Digital, implica-nos análises exigentes. Elas convocam-nos a um exercício plural de responsabilidade, no qual todos somos chamados a participar: os reguladores, os legisladores, os jornalistas, os académicos, os cidadãos. Cada qual tem um papel a desempenhar nesta arquitetura da verdade, onde a ética e o rigor informativo devem ser encarados como valores sacrossantos.

No plano cabo-verdiano, a Assembleia Nacional tem assumido um papel crucial no fortalecimento das instituições democráticas e no delineamento do quadro normativo da comunicação social. A Autoridade Reguladora para a Comunicação Social é uma das entidades cujo estatuto de independência é garantido precisamente pelas leis desta República e a Assembleia Nacional, elege, por maioria qualificada, os membros que a compõem e acompanha a sua ação. Trata-se de uma relação de equilíbrio e responsabilidade, em que a Assembleia se constitui como garante do pluralismo institucional e da legitimidade democrática da regulação dos *media*.

Celebramos, pois, uma década de existência da ARC, numa conjuntura em que se impõe refletir sobre a sua trajetória, consolidar as suas conquistas e reforçar a sua capacidade de ação. A comunicação social não é hoje apenas o jornal impresso ou a estação televisiva. Ela é rede, plataforma, rede social, algoritmo, influenciador, robô informativo. A Regulação, hoje, exige conhecimento, serenidade e uma visão de futuro, que não sacrifique os princípios fundacionais do sistema constitucional. A regulamentação, portanto, deve evoluir em sintonia com as novas realidades, assegurando simultaneamente a liberdade de expressão e a proteção dos direitos fundamentais.

Excelências,

Minha Senhoras e meus Senhores

Não me é reservado, como aliás não é meu propósito, nem o tempo a isso permite, esboçar sequer qualquer entrada na matéria e menos ainda discorrer sobre a mesma. Cingi-me,

por isso, apenas a destacar a importância e o significado dos itens escolhidos e como devem merecer, consequentemente, um amplo e substancial debate e confronto de modelos e experiências domésticos, bem como uma profunda e intencional partilha de boas práticas, proporcionando que os diferentes participantes e cada uma das autoridades reguladoras aqui presentes renove e revigore a consciência da pertinente e indispensável missão que se lhe incumbe visando o aprofundamento do estado do pluralismo e reforçar a independência dos órgãos reguladores num contexto global e digital, sempre em defesa do estado democrático de direito e da dignidade da pessoa humana.

Distintos membros das delegações dos países e territórios de língua portuguesa aqui presentes,

Reitero que é uma honra para Cabo Verde receber os seus pares lusófonos, nesta ocasião que é também de balanço, de projeção e de compromisso. Que as mesas redondas e os painéis aqui previstos produzam conhecimento, proponham soluções e fortaleçam as alianças entre reguladores. Que da Praia saia uma Declaração robusta, clarividente e exequível, que dê continuidade ao legado das Declarações de Lisboa e de outros encontros. Uma Declaração que fixe compromissos concretos em matéria de capacitação institucional, cooperação técnica, promoção da liberdade de imprensa e defesa da democracia no ambiente digital.

O nosso historial tem sido o de enfrentar e resolver desafios comuns. Temos sempre sido capazes de agir acertadamente, no sentido da identificação, do equacionamento e da resolução das dificuldades. Acredito que desta vez não seja diferente.

Convencido de que os resultados responderão às expectativas iniciais e reiterando a minha confiança no sucesso deste importante evento internacional de trabalho, amizade e cooperação, declaro aberto o **“IX Encontro da Plataforma das Entidades Reguladoras da Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa”**.

Muito Obrigado.